

FÁCIL PROMOTORA DE
VENDAS E SERVIÇOS S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Balanço patrimonial	7
Demonstrações do resultado	9
Demonstrações do resultado abrangente	10
Demonstrações das mutações do patrimônio	11
Demonstrações dos fluxos de caixa	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13

Relatório da Administração

(Em milhares de Reais)

Senhores Acionistas:

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Fácil Promotora de Vendas e Serviços S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, conforme o padrão contábil adotado no Brasil homologado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que incluem as Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes.

Desempenho das Operações

A Fácil Promotora de Vendas e Serviços S.A., doravante chamada “Fácil”, tem sede na Rua Tenente Jung, nº 272, 1º andar, Centro, Cidade de Santo Cristo – RS. A “Fácil” atua na prestação de serviços de cobrança extra-judicial, informações cadastrais, correspondentes de instituições financeiras e atividades auxiliares dos serviços financeiros.

O resultado acumulado do exercício de 2024 foi de R\$ 0,76 milhão (R\$ (1,4) milhão em 2023) e o patrimônio líquido somou R\$ 3,1 milhões em dezembro de 2023 (R\$ 2,3 milhão em dezembro de 2023).

Política de reinvestimento de lucros e distribuição de dividendos

A Assembleia Geral delibera, respeitadas as disposições referentes a constituição de Reserva Legal e de distribuição mínima de dividendos, sendo que, assegura a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado nos termos do art. 152 da Lei 6.404/76, e atualizações posteriores.

Auditoria independente

A Fácil possui processo adequado para a contratação de Auditoria Independente, considerando aspectos de transparência, conformidade, objetividade e independência do Auditor Independente, bem como, para observância da não contratação da mesma empresa para outros serviços que possam configurar eventual conflito de interesse e perda de independência ou objetividade na execução de suas atividades. Respeitando o disposto, a Fácil contratou a KPMG Auditores Independentes Ltda. para execução dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras, sendo que os honorários relativos à auditoria independente do exercício de 2024 totalizam R\$ 63.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Carlos Gomes, 258 - 6º andar, salas 601 a 606 - Boa Vista
90480-000 - Porto Alegre/RS - Brasil
Caixa Postal 18511 - CEP 90480-000 - Porto Alegre/RS - Brasil
Telefone +55 (51) 3327-0200
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e Diretores da
Fácil Promotora de Vendas e Serviços S.A.
Santo Cristo – RS**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Fácil Promotora de Vendas e Serviços S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fácil Promotora de Vendas e Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar à este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 27 de agosto de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/F-7


Karen Cristina Dal Ponte
Contador CRC PR-053687/O-2-T-RJ

BALANÇO PATRIMONIAL

Para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	2024	2023
CIRCULANTE		1.181	1.371
Caixa e equivalentes de caixa		74	18
Disponibilidades	4.a	6	16
Aplicações financeiras	4.b	68	2
Títulos e contas a receber	5	506	822
Impostos a compensar	6.a	506	531
Créditos tributários	6.b	95	-
NÃO CIRCULANTE		5.285	3.726
Realizável a longo prazo		1.603	810
Títulos e contas a receber	5	51	13
Impostos a compensar	6.a	1.459	625
Créditos tributários	6.b	93	159
Depósitos judiciais		-	13
Ativo - direito de uso	7	452	306
Imobilizado	8.a	1.023	999
Intangível	8.a	2.207	1.611
TOTAL DO ATIVO		6.466	5.097

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

BALANÇO PATRIMONIAL

Para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Em milhares de Reais)

PASSIVO	Nota	2024	2023
CIRCULANTE		2.935	2.507
Contas a pagar		2.932	2.504
Salários e encargos a pagar		1.354	1.158
Impostos e contribuições sociais a pagar		992	835
Passivos de arrendamento	9	168	218
Obrigações a pagar	10	418	293
Provisão passivos contingentes		3	3
Passivos contingentes	11	3	3
NÃO CIRCULANTE		375	200
Contas a pagar		373	198
Passivos de arrendamento	9	373	198
Provisão passivos contingentes		2	2
Passivos contingentes	11	2	2
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.156	2.390
Capital social	12.a	1.000	1.000
Reserva de lucros		2.156	1.390
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		6.466	5.097

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
Receita operacional bruta		35.891	34.707
Receita de prestação de serviços	14	35.891	34.707
Deduções da receita operacional bruta		(4.159)	(4.023)
(-) Impostos e contribuições	16	(4.159)	(4.023)
(=) Receita operacional líquida		31.732	30.684
(-) Custos operacionais	15	(22.710)	(18.930)
(=) Resultado bruto		9.022	11.754
Despesas operacionais		(8.186)	(10.280)
Despesas de pessoal		(3.481)	(2.709)
Despesas gerais e administrativas	17	(5.628)	(6.766)
Despesas tributárias		(61)	(43)
Outras receitas e despesas operacionais		984	(762)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		836	1.474
Receitas financeiras		57	17
Despesas financeiras		(203)	(3)
Resultado financeiro		(146)	14
Resultado antes dos impostos e contribuições sociais		690	1.488
Imposto de renda	13.a	50	(38)
Contribuição social	13.a	26	(19)
Ativo fiscal diferido	6.b	-	(31)
Lucro líquido do exercício		766	1.400
Quantidade de ações		1.000	1.000
Lucro líquido por ação - R\$		0,7660	1,4003

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	766	1.400
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	766	1.400

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Em milhares de Reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Reserva de lucros</u>	<u>Lucros ou (prejuízos)</u>	<u>Total</u>
Saldos em 01 de janeiro de 2023	1.000	107	-	-	1.107
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	(117)	(117)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.400	1.400
Destinações dos lucros					
Reserva de lucros	-	70	1.213	(1.283)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.000	177	1.213	-	2.390
Mutações do período	-	70	1.213	-	1.283
	<u>Capital social</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Reserva de lucros</u>	<u>Lucros ou (prejuízos)</u>	<u>Total</u>
Saldos em 01 de janeiro de 2024	1.000	177	1.213	-	2.390
Lucro líquido do exercício	-	-	-	766	766
Destinação dos lucros					
Reserva legal	-	23	-	(23)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	186	(186)	-
Reserva estatutária	-	-	557	(557)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.000	200	1.956	-	3.156
Mutações do período	-	23	743	-	766

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Em milhares de Reais)

	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido após o imposto de renda e contribuição social	766	1.400
Ajustes por:		
Ajustes de exercícios anteriores	-	(117)
Depreciação e amortização	649	828
Provisão passivos contingentes	-	5
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	57
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	31
Lucro líquido ajustado	1.415	2.204
Variações nos ativos e passivos aumento/(redução)		
(Aumento) em títulos e créditos a receber	(547)	(413)
Aumento em contas a pagar	603	148
Caixa líquido proveniente das/(utilizados nas) atividades operacionais	56	(265)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(50)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	1.471	1.889
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aumento em ativo direito de uso	(370)	(617)
Aquisição de imobilizado	(387)	(36)
Alienação/Baixa de imobilizado	11	209
Aquisição de intangível	(669)	(1.514)
Caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimentos	(1.415)	(1.958)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	56	(69)
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	18	87
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	74	18
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	56	(69)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Fácil Promotora de Vendas e Serviços S.A. (“Fácil”), foi constituída em 05 de agosto de 2016, formalizada em Ata de Assembleia Geral de Constituição, arquivada na JUCISRS em 27 de outubro de 2016. É uma empresa de capital fechado, com sede em Santo Cristo – RS, com objetivo de prestar serviços de cobrança extra-judicial, análise e aprovação de crédito, cobrança de faturas e dívidas de clientes, compilação de informações sobre histórico de crédito, consulta de histórico de crédito, informações cadastrais, informações para avaliação da capacidade de crédito, correspondente de instituições financeiras, intermediação de pagamentos, atividades auxiliares de serviços financeiros e a participação em outras sociedades.

Em 31 de dezembro de 2024 a Fácil possuía 17 filiais (em 2023 14 filiais) em operação nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

2 Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

Às demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e pela edição de pronunciamentos por parte do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade.

Em 27 de agosto de 2025, a administração aprovou as demonstrações financeiras e autorizou divulgá-las a partir desta data.

3 Práticas contábeis materiais

a. Moeda funcional

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da “Fácil”. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

b. Apuração do resultado do exercício

A apuração do resultado é um processo essencial para a elaboração das demonstrações financeiras. Este resumo apresenta as práticas contábeis de acordo com os Pronunciamentos Contábeis (CPC) aplicáveis.

- I. Reconhecimento das receitas (CPC 47 – Receita de contrato com o cliente)
 - Identificação do contrato com o cliente: Reconhecimento formal do acordo entre a empresa e o cliente, contendo direitos e obrigações das partes envolvidas.
 - Identificação das obrigações de desempenho no contrato: Determinação dos bens ou serviços comprometidos no contrato que devem ser transferidos ao cliente.
 - Determinação do preço da transação: Estabelecimento do valor que a empresa espera receber em troca da transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente.

- Alocação do preço da transação às obrigações de desempenho: Distribuição do preço da transação entre as diferentes obrigações de desempenho identificadas no contrato.
- Reconhecimento da receita quando (ou à medida que) a Fácil satisfaz uma obrigação de desempenho: Receita é reconhecida conforme a entrega de bens ou a prestação de serviços, à medida que as obrigações de desempenho são cumpridas.

II. Registro das despesas

- Despesas Operacionais: Incluem custos diretamente relacionados à operação do negócio, como salários, aluguel, utilidades e outros custos administrativos. Estas despesas são reconhecidas no período em que são incorridas, de acordo com o princípio da competência (CPC 26 – Apresentação de demonstrações contábeis).
- Despesas Financeiras: Incluem juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e outras obrigações financeiras. São apropriadas ao período de competência em que são incorridas (CPC 26 – Apresentação de demonstrações contábeis).
- Depreciação e Amortização: Relacionadas à perda de valor dos ativos tangíveis (depreciação) e intangíveis (amortização) ao longo do tempo. Calculadas mensalmente com base na vida útil estimada dos ativos, conforme os critérios estabelecidos no CPC 27 (Ativo Imobilizado) e CPC 04 (Ativo Intangível).

III. Ajustes de exercício

- Provisões e Contingências: Refletem estimativas de obrigações futuras que são prováveis e podem ser mensuradas com razoável segurança, como provisões para processos judiciais. Registradas com base em estimativas confiáveis (CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes).
- Ajustes a Valor Justo: Incluem reavaliações de ativos e passivos financeiros para refletir seu valor de mercado atual. (CPC 46 – Mensuração a valor justo).
- Impostos sobre o Lucro: Calculado com base na legislação tributária vigente e registrados de acordo com o CPC 32 - Tributo sobre o Lucro, considerando impostos correntes e diferidos sobre o lucro.

c. Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto por disponibilidades em numerário em espécie, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, com alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, incluindo investimentos conversíveis em caixa em até 90 dias.

São mensurados inicialmente e subsequentemente pelo valor de face. Não são sujeitos a ajustes significativos de valor, uma vez que seu valor de mercado é equivalente ao valor de face devido à alta liquidez e curto prazo.

d. Instrumentos Financeiros

São classificados de acordo com a intenção de gestão da empresa e a natureza dos instrumentos financeiros, conforme CPC 48 - Instrumentos Financeiros. As aplicações financeiras podem ser classificadas e mensuradas de três maneiras: ao custo amortizado (CA), ao valor justo por meio do resultado (VJR) ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA).

I. Custo Amortizado

- **Critérios de Classificação:** Instrumentos financeiros que a Fácil pretende manter até o vencimento para receber fluxos de caixa contratuais, que consistem apenas em pagamento de principal e juros sobre o valor principal.
- **Mensuração Inicial:** Reconhecidos ao valor justo acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis.
- **Mensuração Subsequente:** Mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva. Juros, provisão para perdas e quaisquer ganhos ou perdas na baixa são reconhecidos no resultado.

II. Valor Justo por Meio do Resultado

- **Critérios de Classificação:** Instrumentos destinados à negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial.
- **Mensuração Inicial:** Reconhecidos ao valor justo, com custos de transação reconhecidos imediatamente no resultado.
- **Mensuração Subsequente:** Ajustes ao valor justo são reconhecidos diretamente no resultado do período.

III. Valor Juros por Meio de Outros Resultados Abrangentes

- **Critérios de Classificação:** Instrumentos financeiros não derivados que a Fácil tem a intenção de manter a longo prazo, ou instrumentos de dívida que atendem aos critérios de fluxos de caixa contratuais e gestão de negócios.
- **Mensuração Inicial:** Reconhecidos ao valor justo acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis.
- **Mensuração Subsequente:** Ajustes ao valor justo são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORAs). Ganhos ou perdas acumulados em ORAs são reclassificados para o resultado quando o ativo é baixado.

IV. Hierarquia do valor justo

A mensuração ao valor justo é categorizada em três níveis, com base na observabilidade dos dados de entrada utilizados na avaliação:

- **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- **Nível 2:** Dados de entrada diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente.
- **Nível 3:** Dados de entrada para o ativo ou passivo que não são baseados em dados de mercado observáveis (dados não observáveis).

e. Títulos e Créditos a Receber

Representam valores devidos à Fácil por clientes decorrentes da prestação de serviços e adiantamentos concedidos a funcionários e fornecedores.

São reconhecidos inicialmente pelo valor da transação, que representa o valor justo da contraprestação a ser recebida. A mensuração subsequente é realizada pelo custo amortizado, descontando qualquer ajuste a valor presente, se aplicável. Provisão para

crédito de liquidação duvidosa é registrada com base nas perdas de crédito esperadas ao longo da vida dos recebíveis.

f. Ativos Imobilizados, Intangíveis e de Direitos de Uso

I. Ativos Imobilizados

Os ativos imobilizados são registrados na mensuração inicial pelo custo de aquisição que inclui o preço de compra (deduzido de descontos comerciais e abatimentos), impostos de importação e impostos não recuperáveis, e todos os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições operacionais. Nas mensurações subsequentes, os ativos imobilizados são registrados ao custo menos a depreciação acumulada e as perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

A depreciação é alocada sistematicamente ao longo da vida útil do ativo pelo método linear. O valor recuperável é testado pelo método dos fluxos de caixa descontados, sempre que existem indicativos de *impairment*.

II. Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis, incluindo software e outros ativos incorpóreos, são reconhecidos, pelo custo de aquisição, a partir do momento em que os ativos são identificáveis, controlados pela “Fácil” e do qual se espera que resultem benefícios econômicos futuros para a Fácil. Os investimentos em ativos intangíveis gerados internamente, são capitalizados, somente, a partir da data em que a Fácil é capaz de demonstrar a viabilidade técnica para concluir, a intenção de conclusão, a disponibilidade de recursos, a capacidade de uso ou venda, a capacidade de mensurar com confiabilidade os gastos atribuíveis e puder demonstrar benefícios econômicos futuros para a Fácil.

Os ativos intangíveis são classificados em ativos com a vida útil definida e indefinida. Os ativos de vida útil definida são amortizados pelo método linear com base no prazo de vida útil. Os ativos de vida útil indefinida não são amortizados e possuem seu saldo testado, anualmente, pelo teste de Redução ao Valor Recuperável de Ativos (*impairment*).

III. Ativos de Direitos de Uso

Ativos de direito de uso surgem de contratos de arrendamento nos quais a Fácil tem o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de uma contraprestação. Um ativo de direito de uso deve é reconhecido no início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo arrendado está disponível para uso pela Fácil).

Na mensuração Inicial, os ativos de direitos de uso são registrados ao custo, que inclui:

- O valor inicial da mensuração do passivo de arrendamento;
- qualquer pagamento de arrendamento efetuado na data de início ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos;
- Custos diretos iniciais incorridos pela Fácil;
- Uma estimativa dos custos a serem incorridos pela Fácil para desmontar e remover o ativo arrendado, restaurar o local em que está localizado ou restaurar o ativo arrendado à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento.

Após o reconhecimento inicial, o ativo de direito de uso é mensurado ao custo menos a depreciação acumulada e as perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, ajustado por quaisquer reavaliações do passivo de arrendamento.

g. Obrigações a Pagar

- As obrigações a pagar representam as obrigações financeiras da Fácil com terceiros, incluindo fornecedores, funcionários e impostos, sendo reconhecidas quando a Fácil se torna parte de um acordo contratual e tem uma obrigação presente de transferir recursos econômicos para um terceiro.

Na mensuração inicial, as obrigações a pagar são registradas ao valor justo da contraprestação a pagar. Nas mensurações subsequentes, as obrigações são deduzidas pelos pagamentos realizados. Quando aplicável, obrigações de longo prazo devem ser ajustadas ao valor presente utilizando uma taxa de desconto que reflete o valor do dinheiro no tempo.

h. Passivos de Arrendamento

Os passivos de arrendamento surgem de contratos de arrendamento nos quais a Fácil tem a obrigação de fazer pagamentos futuros por direito de uso de um ativo. Um passivo de arrendamento é reconhecido no início do arrendamento, quando a Fácil se torna parte do contrato de arrendamento e passa a controlar o direito de uso do ativo.

Na mensuração inicial, os passivos de arrendamento são registrados ao valor presente dos pagamentos de arrendamento a serem efetuados ao longo do prazo do arrendamento

Após o reconhecimento inicial, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado usando o método da taxa de juros implícita no arrendamento, se essa taxa puder ser prontamente determinada, ou a taxa incremental de financiamento da Fácil.

i. Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquotas vigentes
Imposto de Renda (IR)	15% + adicional 10%
Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL)	9%
Programa de Integração Social (PIS)	1,65%
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	7,60%
Imposto Sobre serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)	2% a 5%

A Fácil fez opção pelo regime tributário do Lucro Real para apuração do imposto de renda e da contribuição social para os exercícios de 2024 e 2023. Para o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), foram aplicadas alíquotas de 2,0% a 5,0%, de acordo com a alíquota vigente no município onde o serviço foi prestado.

j. Passivos contingentes e Provisão para contingências

Passivos contingentes e provisões para contingências são tratadas de forma distinta nas demonstrações financeiras, dependendo da probabilidade de uma saída de recursos e da capacidade de mensuração confiável.

Os passivos contingentes são obrigação possíveis que surgem de eventos passados e cujas existências serão confirmadas apenas pela ocorrência ou não ocorrência de eventos futuros incertos. Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço patrimonial, pois sua existência será confirmada apenas pela ocorrência de eventos futuros incertos. No entanto, são divulgados nas notas explicativas, a menos que a saída de recursos seja remota.

As provisões para contingências são reconhecidas quando há obrigação presente, é provável que será necessária uma saída de recursos e pode ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. O montante reconhecido como uma provisão é mensurado como a melhor estimativa do dispêndio necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço, considerando os riscos e incertezas relacionados com a provisão.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Disponibilidades (a)	6	16
Aplicações financeiras (b)	<u>68</u>	<u>2</u>
Total	<u>74</u>	<u>18</u>

- (a) As disponibilidades representam os saldos mantidos em caixas e em contas bancárias.
- (b) Aplicações financeiras são compostas por cotas de fundos de investimentos referenciados na Selic e com liquidez imediata, sendo mensurado ao valor justo, avaliado com dados do nível 1 da hierarquia do valor justo.

5 Títulos e contas a receber

Refere-se à adiantamentos de: partes relacionadas, viagens, salários, férias, conveniadas, aluguel antecipado, serviços de autônomos, aquisição de uniformes e títulos de capitalização.

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Partes relacionadas (Nota 18.a)	280	601
Adiantamentos de viagens	107	114
Adiantamentos de salários e férias	108	101
Aluguel antecipado	45	10
Créditos a receber de conveniadas	5	4
Outros créditos	<u>13</u>	<u>5</u>
Total	<u>557</u>	<u>835</u>
Circulante	506	822
Realizável a longo prazo	51	13

6 Ativos fiscais

a) Impostos a compensar

	2024			2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
IRRF a compensar	335	-	335	407	-	407
IRPJ a compensar	121	1.243	1.364	92	519	611
CSLL a compensar	50	216	266	32	106	138
Total	506	1.459	1.965	531	625	1.156

b) Créditos tributários

	2024			2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Crédito tributário diferido	95	93	188	-	159	159
Total	95	93	188	-	159	159

c) Origem e movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo Inicial		Utilização / Reversão	Saldo Final
	2023	Constituição		
Imposto de renda				
Prejuízos fiscais	117	-	21	138
Créditos tributários de IRPJ	117	-	21	138
Contribuição social				
Base negativa de contribuição social	42	-	8	50
Créditos tributários de CSLL	42	-	8	50
Total créditos tributários de IRPJ e CSLL	159	-	29	188

d) Expectativa de realização do crédito tributário

Períodos	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total
	Até 01 ano	70	25
Até 02 anos	68	25	93
Saldo final de crédito tributário diferido	138	50	188

A expectativa de realização dos créditos tributários diferidos é uma estimativa e está diretamente relacionada a expectativa de lucros fiscais.

e) Valor presente dos créditos tributários

O valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a taxa Selic de 13,25% a.a., está representado por R\$ 140 (R\$ 143 em 2023).

7 Ativos de Direito de Uso

a) Composição

	2024	2023
Ativos - direitos de uso		
Ativo de direitos de uso - salas comerciais	1.440	1.069
(-) Depreciação acumulada	(988)	(763)
Total do ativo direito de uso	452	306

b) Movimentação do período

	2023	Movimentação do período		2024
	Saldo líquido	Adições	Depreciação	Saldo líquido
Ativos - direitos de uso	306	371	(225)	452
Ativos - direitos de uso	306	371	(225)	452
Total do ativo direito de uso	306	371	(225)	452

c) Cronograma de vencimento

2024				
	Período de depreciação	Custo	Depreciação	Valor líquido
Arrendamento de sala comercial	Até 2025	313	(291)	22
Arrendamento de sala comercial	Até 2026	237	(140)	97
Arrendamento de sala comercial	Até 2027	81	(5)	76
Arrendamento de sala comercial	Até 2028	60	(18)	42
Arrendamento de sala comercial	Até 2029	234	(19)	215
	Saldo em 31 de dezembro de 2024	925	(473)	452

2023				
	Período de depreciação	Custo	Depreciação	Valor líquido
Arrendamento de sala comercial	Até 2024	167	(147)	20
Arrendamento de sala comercial	Até 2025	312	(182)	130
Arrendamento de sala comercial	Até 2027	184	(81)	103
Arrendamento de sala comercial	Até 2028	59	(6)	53
	Saldo em 31 de dezembro de 2023	722	(416)	306

8 Ativos Imobilizados e Intangíveis

a) Composição

	2024	2023
Imobilizado		
Imobilizado em andamento	54	-
Imobilizado de uso bruto	3.455	3.233
(-) Depreciação acumulada	(2.486)	(2.234)
Total imobilizado líquido	1.023	999
Intangível		
Intangível em desenvolvimento	2.159	1.514
Intangível em uso bruto	552	530
(-) Amortização acumulada	(504)	(433)
Total intangível líquido	2.207	1.611
Total do ativo imobilizado e intangível	3.230	2.610

b) Movimentação dos ativos

	2023		Movimentação do período				2024
	Saldo		Baixas	Baixa			Saldo
	líquido	Adições	aquisição	depreciação	Transf.	Depreciação	líquido
Imobilizado em andamento	-	76	-	-	(22)	-	54
Instalações em andamento	-	76	-	-	(22)	-	54
Imobilizado de uso	999	311	(111)	100	22	(352)	969
Instalações	78	-	-	-	22	(51)	49
Mobiliário	217	29	(2)	-	-	(41)	203
Máquinas e equipamentos	93	14	(2)	-	-	(22)	83
Veículos	-	110	-	-	-	(8)	102
Equip. de processamento de dados	611	158	(107)	100	-	(230)	532
Total do imobilizado	999	387	(111)	100	-	(352)	1.023
Intangível em desenvolvimento	1.513	646	-	-	-	-	2.159
Intangível em desenvolvimento	1.513	646	-	-	-	-	2.159
Intangível em uso	98	23	(1)	1	-	(73)	48
Licenças de software	98	-	(1)	1	-	(69)	29
Ponto comercial	-	23	-	-	-	(4)	19
Total do intangível	1.611	669	(1)	1	-	(73)	2.207
Total do ativo imobilizado/intangível	2.610	1.056	(112)	101	-	(425)	3.230

	2022		Movimentação do período				2023
	Saldo		Baixas	Baixa			Saldo
	líquido	Adições	aquisição	depreciação	Transf.	Depreciação	líquido
Imobilizado em andamento	3	-	-	-	(3)	-	-
Instalações em andamento	3	-	-	-	(3)	-	-
Imobilizado de uso	1.606	36	(476)	268	3	(438)	999
Instalações	311	-	(251)	131	3	(116)	78
Mobiliário	295	-	(42)	10	-	(46)	217
Máquinas e equipamentos	147	2	(49)	15	-	(22)	93
Equip. de processamento de dados	853	34	(134)	112	-	(254)	611
Total do imobilizado	1.609	36	(476)	268	-	(438)	999
Intangível em desenvolvimento	-	1.513	-	-	-	-	1.513
Intangível em desenvolvimento	-	1.513	-	-	-	-	1.513
Intangível em uso	177	-	-	-	-	(79)	98
Licenças de software	177	-	-	-	-	(79)	98
Total do intangível	177	1.513	-	-	-	(79)	1.611

9 Passivos de arrendamento

a. Composição dos passivos de arrendamento

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Passivo de arrendamento (7.a)	541	416
Total	<u>541</u>	<u>416</u>
Circulante	168	218
Exigível a longo prazo	373	198

b. Movimentação dos passivos de arrendamento

	Circulante	Não Circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	218	198	416
Adições	92	707	799
Juros provisionados	200	(364)	(164)
Juros Pagos	(200)	-	(200)
Transferências	168	(168)	-
Pagamentos	(310)	-	(310)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>168</u>	<u>373</u>	<u>541</u>

c. Vencimentos dos arrendamentos a pagar apresentados no passivo não circulante

	Valores não descontados	Juros embutidos	Saldo passivo de arrendamento
2026	279	(132)	147
2027	163	(81)	82
2028	130	(45)	85
2029	69	(10)	59
Total	<u>641</u>	<u>(268)</u>	<u>373</u>

10 Obrigações a pagar

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Assessoria técnica a pagar	165	-
Fornecedores diversos	119	108
Alugueis a pagar	85	65
Adiantamentos recebidos de conveniados (a)	48	113
Autônomos a pagar	-	7
Total	<u>417</u>	<u>293</u>

(a) Referem-se a créditos recebidos de instituições financeiras conveniados, pela prestação de serviços de correspondente bancário, pendentes de faturamento.

11 Passivos contingentes

O valor das contingências contra a Fácil classificadas como perda provável foram provisionadas no montante de R\$ 5 (R\$ 5 em 2023) e as contingências classificadas como perda possível, as quais não são provisionadas, totalizaram, o montante de R\$ 1.225 (R\$ 965 em 2023), referente a processos cíveis e trabalhistas.

a) Composição das provisões

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Natureza		
Processos judiciais cíveis	5	5
Total	<u>5</u>	<u>5</u>

b) Movimentação do exercício

	Saldo Inicial 2023	Movimentação do período			Saldo Final 2024
		Constituição /Atualização	Reversão	Pagamentos	
Natureza					
Processos judiciais cíveis	5	-	-	-	5
Total	<u>5</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5</u>

c) Cronograma de realização

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Cíveis		
até 1 ano	3	3
de 1 a 2 anos	2	2
Total	<u>5</u>	<u>5</u>

12 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social da Fácil, subscrito e integralizado, é de R\$ 1.000 (R\$ 1.000 em 2023), e está representado por 1.000.000 (em 2023 total de 1.000.000 ações) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de acionistas domiciliados no país.

b. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 2024, a Fácil constituiu somente R\$ 23 de reserva legal, pois atingiu 20% do capital social.

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Lucro líquido do exercício	766	1.400
Reserva legal (5%)	<u>23</u>	<u>70</u>

c. Dividendos

Conforme o parágrafo quarto, do art. 19, do estatuto, é assegurada a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado nos termos do art. 202, da Lei nº 6.404/76 e atualizações posteriores.

(i) Cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	766	1.400
Constituição de reserva legal	(23)	(70)
Base dos cálculo dividendos	743	1.330
Dividendos mínimos obrigatórios	186	-
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício	25%	-

13 Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social correntes

	2024	2023
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	690	1.488
Efeito das adições e das exclusões no cálculo dos tributos	(690)	(1.183)
Diferenças temporárias - passivos contingentes	-	5
Adições permanentes - despesas não dedutíveis	3	1
Adições - despesas de alugueis	445	541
Exclusão - depreciação ativo direito de uso e jrs de arrendamento	(425)	(549)
Incentivo fiscal - lei do bem	(713)	(1.181)
Base de cálculo do imposto de renda e da contrib.social antes comp.de prejuízos fiscais	-	305
(-) Compensação de prejuízos fiscais - 30%	-	(92)
Base de cálculo do imposto de renda e da contrib.social após comp. de prejuízos fiscais	-	213
Apuração do imposto de renda corrente	50	(38)
Imposto de renda sobre lucro real do exercício	-	(32)
Incentivos fiscais	-	1
Ajuste de imposto de renda de períodos anteriores	50	(7)
Apuração da contribuição social corrente	26	(19)
Contribuição sobre lucro real do exercício	-	(19)
Ajuste de contribuição social de períodos anteriores	26	(7)
Total do imposto de renda e da contribuição social corrente	76	(57)

14 Receita de prestação de serviços

	2024	2023
Receita de prestação de serviços de correspondente bancário (a)	16.345	16.193
Receita da prestação de serviços de representação comercial (b)	14.415	10.766
Receita da prestação de serviços de cobrança extra-judicial (c)	5.132	5.732
Receita de prestação de servilios de telemarketing (d)	-	2.016
Total	35.891	34.707

- (a) Refere-se, ao recebimento da remuneração pela prestação de serviços de correspondente bancário relacionados aos produtos financeiros.
- (b) Refere-se ao recebimento pela representação comercial que compreende as seguintes atividades: prospecção e desenvolvimento de clientes, orientação técnica e treinamento aos clientes de sua área de atuação, visita aos clientes, atendimento a eventuais reclamações, discussão de propostas comerciais, comunicação aos clientes.
- (c) Refere-se ao recebimento pela prestação de serviços de cobrança de títulos ou similares.
- (d) Refere-se ao recebimento pela prestação de serviços de Call Center, via telemarketing ativo para oferecimento de produtos financeiros.

15 Custos operacionais

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Remuneração de serviços (a)	(8.607)	(5.831)
Despesa de pessoal	(14.102)	(13.099)
Total	(22.710)	(18.930)

- (a) Referem-se a custos de remuneração pela prestação de serviços de correspondentes bancário relacionados aos produtos financeiros.

16 Impostos e contribuições

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Programa de integração social (PIS)	(592)	(573)
Contribuição financiamento da seguridade social (COFINS)	(2.728)	(2.638)
Imposto sobre serviços (ISS)	(839)	(812)
Total	(4.159)	(4.023)

17 Despesas gerais e administrativas

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Despesas de consultoria e assessoria técnica	(942)	(1.730)
Despesas de processamento de dados	(970)	(1.420)
Despesas de viagens	(1.326)	(1.278)
Despesas de aluguel	(479)	(443)
Despesas de telefone e internet	(567)	(659)
Despesas de propaganda e publicidade	(692)	(480)
Despesas de manutenção e conservação de bens	(57)	(154)
Serviços de autônomos	(152)	(135)
Despesas de água e luz	(131)	(128)
Despesas de material de expediente	(67)	(52)
Despesas de correio	(31)	(34)
Despesas de vigilância	(26)	(33)
Despesas administrativas diversas	(188)	(220)
Total	(5.628)	(6.766)

18 Transações e saldos com relacionadas

	Ativo		Passivo	
	2024	2023	2024	2023
Adiantamento a administradores (a)	269	601	-	-
Total	269	601	-	-
	Receitas		Despesas	
	2024	2023	2024	2023
Via Certa Financiadora S/A - CFI (b)	33.897	30.610	-	-
Via Certa Financiadora S/A - CFI (c)	9	15	-	-
Total	33.907	30.625	-	-

- (a) Refere-se à adiantamento de valores a membros da administração.
(b) Refere-se a remuneração pela prestação de serviços de correspondente bancário, representação comercial e serviços cobrança de títulos e similares para a Via Certa Financiadora S/A – CFI.
(c) Refere-se a receitas auferidas de aplicação em Letras de Cambio na Via Certa Financiadora S/A – CFI.

(i) Remuneração dos administradores

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária são fixados o montante global anual da remuneração dos Administradores, cabendo aos mesmos deliberarem sobre a retirada e distribuição entres seus membros.

	2024	2023
Remuneração	(639)	(706)
Encargos sociais	(128)	(141)
Total	(767)	(847)

Não existem benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração.

19 Eventos subsequentes

- Em janeiro de 2025, a Fácil obteve restituição de crédito extemporâneo de Programa de integração social (PIS) e Contribuição financiamento da seguridade social (COFINS), o valor de R\$ 2.112, totalmente reconhecido no resultado de 2025.
- Em 07 de maio de 2025, a Fácil obteve recursos através de uma operação de crédito realizada com partes relacionadas, a título de capital de giro, seguindo as normas previstas no Banco Central do Brasil, regulador da parte relacionada Via Certa Financiadora S.A.. O valor total da operação foi de R\$ 2.031.
- Em 30 de abril de 2025, a diretoria da Fácil aprovou a distribuição de R\$ 1.956 em forma de dividendos, sendo:

R\$ 1.213, relativo ao resultado do exercício de 2023, que anteriormente havia sido destinado a reservas de lucros;

R\$ 186, relativo aos dividendos mínimos requeridos relativos ao resultado do exercício de 2024;

R\$ 557, relativo ao resultado do exercício de 2024, que anteriormente havia sido destinado a reservas de lucros.

- Em 13 de maio de 2025, a Fácil efetuou o pagamento de R\$1.956 a título de dividendos aos seus acionistas.

* * *

Mário Garcia de Vasconcelos Junior
Diretor-Presidente

Fábio Von Groll
Diretor Administrativo-Financeiro

Adelar José Diel
Contador CRC/RS 062617